UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
GEOGRAFIA LICENCIATURA EAD

CEDIVAL ROSENO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM QUEBRANGULO/ AL: DAS ENCHENTES À IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL GERALDO PASSOS LIMA.

Palmeira dos Índios – Alagoas

2020

[1] Graduando do curso de geografia, modalidade EAD pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Polo Palmeira dos Índios - Alagoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
GEOGRAFIA LICENCIATURA EAD

CEDIVAL ROSENO DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM QUEBRANGULO/ AL: DAS ENCHENTES À IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL GERALDO PASSOS LIMA.

Artigo científico apresentado a Universidade Federal de Alagoas, Universidade Aberta do Brasil, Coordenadoria Institucional de Educação a Distância, no Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, como requisito para obtenção de nota final do trabalho de conclusão de curso (TCC).
Orientação: Professor: Dr. Kinsey Santos Pinto.

Palmeira dos Índios – Alagoas

2020

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO EM QUEBRANGULO/ AL: DAS ENCHENTES À IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL GERALDO PASSOS LIMA.

Cedival Roseno da Silva[1]

RESUMO

A moradia é um espaço fundamental na vida das pessoas, e o acesso a ela é um direito constitucional, mesmo que grande número de brasileiros viva em habitações inadequadas. Como o município de Quebrangulo foi atingido duramente pela enchente do rio Paraíba, em junho de 2010 , o presente artigo teve como objetivo traçar um histórico das políticas públicas para habitação, com foco no Conjunto Habitacional Geraldo Passos Lima, que foi entregue às famílias desabrigadas. A metodologia utilizada no trabalho destaca-se na realização de análises anotações de interpretação do material bibliográfico e infográfico de apoio, pensado de forma singular em face à garantia da moradia aos beneficiados e para compreender melhor o funcionamento das políticas e da habitação social no município.

PALAVRAS-CHAVE: Conjunto Habitacional. Habitação Social. Política Pública

INTRODUÇÃO

A habitação social destinada à população de baixa renda exerce grande influência na formação do espaço urbano, não somente pela ocupação dos espaços físicos, mas também pelo sentido atribuído pelos usuários em relação às novas relações e transformações que exercem sobre a vida e a ressignificação da função da cidade.

Como diz, Lefebvre:

> O espaço urbano é um espaço socialmente construído, humano, mas, sobretudo, o espaço da realização do capital, uma vez que “no modo de produção atual e na sociedade em ato tal como ela é, o espaço tem assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro e o capital.” (LEFEBVRE, 2001, p. 36).

De acordo com a citação acima, compreende que mercado imobiliário se posiciona em um papel central na transformação do espaço urbano representando um dos principais agentes que, ao consumir e produzir espaço utiliza-se de práticas que conduzem a um constante processo de implementação de novas áreas ao espaço urbano.

As políticas públicas depois da constituição de 1988 passaram a visar melhor à regularização com implantação de infraestrutura, serviços urbanos, melhoria da habitação e a regularização fundiária assegurando o direito de posse aos mais necessitados. Porém, a habitação é uma necessidade fundamental de qualquer ser humano e o Art.6º da Constituição Federal de 1988 garante o direito à moradia para qualquer cidadão (BRASIL, 1988). Garantir este direito é atender as necessidades básicas do indivíduo que nela habitará; ter uma residência é sinônimo de abrigo, segurança, conforto, descanso e o ideal é que a mesma esteja localizada em uma área que traga qualidade de vida aos moradores. Ou seja, habitação não está somente ligada à moradia, envolve além do que já foi citado, políticas públicas e urbanização de qualidade com o oferecimento de todos os serviços necessários à dignidade. A moradia é uma condição material necessária à dignidade da pessoa humana, trata-se, portanto, de um direito social que proporciona ao indivíduo integração social e desenvolvimento de suas capacidades.

Sendo assim, a criação do sistema nacional de habitação de interesse social, em 16 de junho de 2005, lei federal nº 11.124, veio com o intuito de implementar Políticas Públicas e Programas que venha promover o acesso a moradia digna para a população de baixa renda. Por isso, há conjuntos de diferentes tamanhos e localizados em diferentes locais da cidade, os quais condicionaram a expansão da cidade, bem como converteram o padrão de ampliação do perímetro urbano.

Desse modo, foi feita uma análise, dos moradores que foram contemplados com as casas do conjunto habitacional Geraldo Passos Lima para a sua implantação, observando assim a total falta de habitabilidade que se encontravam antes da implantação do conjunto no município. No entanto o objetivo deste trabalho

se confirma pela a necessidade de avaliar a importância da habitação social para um município.

Nessa abordagem, também se teorizou sobre a questão habitacional, através da realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores do Conjunto Habitacional Geraldo passos lima e a satisfação dos mesmos, buscando "[...] obter informações contidas nas falas dos atores sociais, considerando-os sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam a realidade que está sendo focalizada" (MINAYO, 2001, p. 57). Consideramos ser importante identificar se melhorou as condições de vida da população do conjunto habitacional, pois, percebe-se que as políticas públicas habitacionais contribuíram bastante na qualidade de vida dos moradores por ter proporcionado as famílias de baixa renda o acesso à moradia digna, melhorando as condições de vida da população em diversos aspectos, na qual a maioria das famílias de baixa renda não tinha sua casa própria e moravam de aluguel por falta de recursos.

A pesquisa qualitativa foi fundamental para nos aproximar de um vasto referencial teórico que possibilitou uma maior compreensão não apenas do objeto de estudo e do processo de expansão das periferias pelos Conjuntos Habitacionais financiados pelas políticas de governo, mas também da problemática que envolve a questão da urbanização e da moradia nas cidades. O referencial teórico que permitiu um entendimento conceitual sobre a cidade e o urbano ao longo da história.

Entretanto, com o referente trabalho pretende-se contribuir com as importantes informações relativas às questões referentes do conjunto habitacional na produção do espaço urbano da cidade de Quebrangulo/AL, pois nas últimas décadas, a proliferação desses conjuntos têm se intensificado não só nas metrópoles, mas nas médias e pequenas cidades, criando um novo modelo de segregação sócio espacial e transformando a qualidade da vida pública.

2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO NO BRASIL.

A fim de compreender as políticas habitacionais adotadas no Brasil pelo governo federal a partir da década de 1930, realizou-se levantamento bibliográfico com o objetivo de depreender o avanço das políticas governamentais nessa área.

Importante ressaltar que o enfrentamento da questão habitacional não pode ser dissociado do processo de ocupação das cidades e da desorganização do espaço público, que impacta diretamente no meio ambiente em relação à falta de infraestrutura

Ao longo da história da criação de políticas públicas voltadas para o acesso habitação no Brasil, observa-se que existem momentos de forte intervenção do Estado, todavia ocorrem processos de grande “esvaziamento”. Entretanto, nota-se que existem erros recorrentes nos períodos da organização e aplicação dessas políticas de acesso à habitação, erros esses que são prejudiciais para aquela parte da população que mais necessita do acesso à moradia própria e digna, que na maioria das vezes vivem em condições precárias de vulnerabilidade social.

Segundo Lima (2017, p.5), a forma como ocorreu o processo de urbanização, juntamente como o crescimento das cidades implicou na precariedade nas formas de habitar do homem.

Para Villaça (2001, p. 226), “Um dos traços mais marcantes do processo de urbanização que se manifestou no Brasil a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares urbanas”. No século XVIII e XIV, o principal objetivo das políticas públicas era tratar da segurança pública e a defesa externa em caso de ataque de inimigos.

Assim, do ponto de vista teórico, para atingir bons resultados em diversas áreas e promover o bem-estar a toda sociedade, os governantes devem se utilizam das políticas públicas que podem ser definidas como: um conjunto de ações e decisões do governo, voltados assim para a solução de problemas da sociedade em geral. Mas por outro lado vemos que as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e a interesse público.

Sendo assim, os ministérios no âmbito federal, e os secretários estaduais e municipais são responsáveis pelo detalhamento, pelo aprofundamento e pela aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados especialmente para isso, como: as leis, os decretos e normas, programas de trabalho e fiscalização. Assim nas cidades, o poder local conta com os planos diretores para definir as políticas públicas urbanas.

Em decorrência desta situação social, o Estado, por sua vez, vem ao longo dos anos tentando desempenhar seu papel no cenário habitacional por meio de diversas políticas habitacionais. “Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Brasileira, elaborada pela Assembleia Constituinte, que trata nos artigos 182 e 183 sobre questões urbanas que trouxe importantes conquistas”. (PEREIRA, 2017, p.96).

Em 1995 inicia-se o governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve dois mandatos, até o ano de 2002. Sobre este período, Brito e Romão (2016, p.2) afirmam [...] “formou-se um pensamento voltado ao reconhecimento da necessidade da regularização fundiária, com uma visão ampliada e participativa na integração das questões habitacionais.” Ainda segundo os autores, o governo FHC adotou algumas medidas com comportamento autoritário, excluindo a participação popular.

Vale salientar, que apesar de tardio, nesse período acontece um grande avanço Institucional, em especial no ano 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, sendo ele uma reivindicação trazida pelos movimentos sociais desde a Constituição de 1988, onde traz um destaque para a regulamentação da função social da propriedade, destaca-se o seu art. 1º da Lei Nº 10.257 de julho de 2001 onde “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos”.

Chega-se em 2003, ano em que se inicia o governo Lula. Já no dia 1º de janeiro, foi criado o Ministério das Cidades, uma conquista das questões urbanas tratadas nos art. 182 e 183 da Constituição de 88. Dando continuidade as suas ações políticas habitacionais, o governo Lula posiciona-se na definição de sua Política Nacional de Habitação. O objetivo principal dessa política consistia em: “combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte e, através disso, universalizar o acesso à moradia digna” (TUDE, 2010, p. 96)

Considera-se assim, que a proposta do Ministério das Cidades vai um pouco mais além, em virtude da sua concepção propor um tratamento mais integrado da questão urbana, que inclui habitação, saneamento e mobilidade urbana. Com isso, o

Ministério das Cidades estaria dividido em uma estrutura que possui como base a problemática urbana, sendo a estrutura composta por: Moradia, Saneamento Básico e Mobilidade Urbana e depois foi adicionada a Secretaria da Regularização Fundiária (Lei nº 10.683/2003)

Para Moreira (2013, p.24):

> A criação do Ministério das Cidades definiu a responsabilidade de elaborar, de maneira participativa e federativa, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, incluindo uma nova política para o setor da habitação em partículas da habitação de interesse social.

Assim sendo, para alavancar o desenvolvimento dos programas sociais relacionados com a habitação, foi lançado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual coube à Caixa a execução das ações pertinentes, “o objetivo era fomentar o desenvolvimento do país através de investimento em infraestrutura aliado a medidas econômicas para estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país” (TUDE, 2010, p. 94).

Sobre a representatividade do PAC, no cenário habitacional brasileiro, destaca-se:

> O PAC representou um grande impacto para questão habitacional brasileira, sendo o seu investimento estimado para o setor de habitação de R$106,3 bilhões, até 2010, onde R$55,9 bilhões serão direcionados para famílias com rendimento mensal de até cinco salários mínimos. (TUDE, 2010, p. 95).

A política habitacional existe há muito tempo e o que se pode observar é que, de um governo ao outro, foram sofrendo alterações, até se chegar ao PMCMV. Porém, pecam em alguns aspectos, como a segregação que ocorre devido à escolha das áreas de implantação de conjuntos habitacionais, que são “jogados” em áreas distantes, onde a especulação imobiliária não tem interesse algum.

Portanto, os avanços e essa construção da Nova Política Nacional é consequência de uma luta longa e histórica dos movimentos sociais, que buscam o direito a moradia digna, por meio da consolidação de uma política urbana que estime a função social da cidade.

3 A GEOGRAFIA E A HISTORIA DE QUEBRANGULO/AL.

A Geografia é a ciência que estuda a superfície do planeta terra e suas relações com o homem, em que estão presentes visivelmente na atualidade da Geografia Urbana. É necessário ter o conhecimento a respeito de quem produz o espaço, como ele está sendo apropriado e usado, e ainda, saber como o processo ocorre na prática e identificar os motivos pelos quais esse espaço torna-se o local da desigualdade.

O ensino de Geografia é fundamental para as futuras gerações compreenderem o mundo, no presente e no passado, em consequência do acelerado processo de mudanças, já que é uma das poucas disciplinas que possibilita o acompanhamento das transformações de forma integrada.

A geografia urbana tem como objeto de estudo a cidade. O espaço urbano é entendido como resultado da forma como a sociedade se organiza sobre o território. Tradicionalmente, essa temática é analisada segundo dois enfoques: 1) rede urbana; 2) espaço urbano, ou intra-urbano. A análise do espaço intra-urbano, por sua vez, visa entender a dinâmica do espaço interno da cidade, entre outras questões.

> O estudo de Geografia possibilita, aos alunos, a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências — tanto para si como para a sociedade. Permite também que adquiram conhecimentos para compreender as diferentes relações que são estabelecidas na construção do espaço geográfico no qual se encontram inseridos, tanto em nível local como mundial (PCN, 1998, p76).

Assim, para obter melhores resultados das aulas no Curso de Geografia e dos estudos realizado durante a produção do artigo foi preciso considerar o cotidiano e os agentes envolvidos, pois eles, através de suas maneiras, irão dar sentido ao local através de suas histórias e estilos de vida.

> Notadamente é necessário que haja metodologias e teorias que venham facilitar esse aluno a compreender o seu contexto, através do estudo do lugar, refletindo sobre o ensino de Geografia em sala de aula correlacionando com o seu cotidiano, ligando o que cada aluno absorve da teoria geográfica com a sua experiência de mundo – é a possibilidade de interpretação do seu bairro. (NASCIMENTO, 2011 p.2)

Para trabalhar na escala local, antes é necessário entender a escala global e sua história em determinada dimensão espacial. Assim, uma das atividades que foi desenvolvida neste trabalho foi falar um pouco da historia do município de

Quebrangulo, principalmente do Conjunto Habitacional Geraldo Passos Lima, utilizando conteúdos e imagens.

> As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos, e por consequência, da realidade que os originou. (KOSSOY 2001, p.32, apud GEJÃO, 2008, p.2).

Segundo o autor as fotografias representam um fragmento da realidade e possibilitam que o leitor interaja com o seu conhecimento. No entanto, compreende-se que além da fotografia, existem outras formas de desenvolver um trabalho científico, possibilitando o desenvolvimento da aprendizagem dos futuros professores de geografia, através do conhecimento teórico, do cotidiano e das experiências que o indivíduo tem no seu espaço como um todo da história de sua cidade e do seu bairro.

3.1 Caracterização do município de Quebrangulo

Quebrangulo é um município brasileiro do estado de Alagoas, onde sua população estimada em 2017 era de 11.496 habitantes. Situa-se na parte norte de Alagoas, faz parte da Microrregião de Palmeira dos Índios, antigamente denominada de "Zona da Mata". Ocupa uma área territorial de 342 km² e dista da capital por estrada de rodagem, 115 quilômetros. Seu clima é quente e seco no verão e bastante frio no inverno, sendo propício para veraneios e repousos.

Seu principal acidente geográfico é o rio Paraíba do Meio, que nasce em Bom Conselho (PE) e corta o município, possuindo 30 quilômetros. O rio Caçambinhas, que nasce em Quebrangulo e banha a sede do município, tendo o curso de 11 quilômetros, até sua foz em Viçosa. De menor importância, são os riachos Dobrão, Seco, Caçambinha, Bálsamo e Lunga.

O município se destaca por está aos pés de imponentes serras, dentre elas as mais importantes do município são as Guaribas, na parte norte com 882 metros; Chorador com 730 metros, nas suas encostas estão as nascentes dos riachos Dobrão e Seco, Cajueiro, com 895 metros, que é a mais alta e distam 20 quilômetros da sede municipal. Uma curiosidade sobre a geografia de Quebrangulo é que o

Planalto da Borborema começa em seu território, mais precisamente na serra do Urubu.

A temperatura máxima é de 35°C e a mínima de 14°C. De maio a agosto é a época chuvosa e fria, a estiagem, é de outubro a março. A urbanização da cidade Quebrangulense sempre ocorreu de forma desigual e excludente, acentuando-se, assim, uma segregação social. Porém nos últimos anos houve um intenso processo de urbanização, o qual ocorreu de forma bem planejada.

O município citado possui vários povoados que são: Dois Braços, com 30 prédios e 150 habitantes; Rua Nova, possuindo 371 casas e 1855 moradores; São Francisco com 100 prédios e 500 habitantes. Situa-se na "zona da pecuária", seu criatório de gado bovino é grandioso, servindo inclusive para exportar carne para a capital e estado vizinho. O município já foi grande produtor de algodão, café, mandioca, banana, feijão e milho, que são vendidos geralmente na sede municipal, em regiões vizinhas e na capital do Estado.

As estradas que fazem acesso ao município são: rodovia AL-210, trecho Palmeira dos Índios – Quebrangulo, de nome Rodovia Graciliano Ramos, asfaltada, foi construída no governo Guilherme Palmeira e inaugurada no dia 2 de dezembro de 1979. O trecho Serra do Muro – Quebrangulo possui 22,48 quilômetros. A rodovia AL 210, asfaltada que cobre o trecho Quebrangulo – Paulo Jacinto, foi construída nos governos José de Medeiros Tavares - Divaldo Suruagy, e inaugurada em outubro de 1986. A terceira estrada é o trecho Quebrangulo – Bom Conselho, é uma estrada vicinal, não asfaltada.

Os prédios em geral são modernos e simples, contando ainda com algumas casas antigas. Ao visitante, o que mais impressiona são as igrejas: a da Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres, domina todo o centro da cidade e a Igreja do Rosário situada num alto, onde se pode ter uma visão quase geral da cidade.

Quebrangulo é toda entrecortada por pontes sobre os rios Paraíba do Meio e o Quebrangulinho, o que dão um aspecto agradável a todos que a visitam. Por possuir várias pontes cortando o centro do município, denominaram-na de "Veneza Alagoana". A cidade não foi planejada quando começou a ser povoada, mas os aspectos das ruas são quase retilíneos e simétricos; dir-se-ia que fora edificado obedecendo a uma ordem estética.

3.2 O Conjunto Habitacional Geraldo Passos Lima

“De fato, isso significa que todo investimento feito pela empresa no município reflete diretamente no comércio local. Sem dúvida, é um ganho para todos”, explica Iremar Segundo, engenheiro responsável pelos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em Quebrangulo. Ele informa ainda que além da folha salarial, outros gastos no próprio canteiro de obras refletem também diretamente no comércio local, como a compra de areia, pedra-rachão e o combustível para máquinas e para a frota da empresa.

Em 18 de junho de 2010, os Quebrangulense resistiram à força do rio Paraíba do meio, numa das maiores enchente já registrada em alagoas. Com a destruição de grande parte da cidade, foi preciso contar com a força da solidariedade e o empenho de todos do município. Quebrangulo foi uma das primeiras cidades do estado a serem totalmente recuperadas.

Figura 2: Enchente de junho/2010

Fonte: WWW.quebrangulo.com.br

Após a enchente, em parceria com o estado e o governo federal os quebrangulenses ganharam o Conjunto Geraldo passos Lima, o qual tem ao todo 559 residências com saneamento e pavimentação, além da escola Graciliano Ramos, a creche Bem me quer e uma unidade básica de saúde, como também uma quadra esportiva. Com o objetivo de aproximar ainda mais a população da prefeitura e dos serviços do sus, o conjunto recebeu a sede da secretaria municipal de saúde.

Também o conjunto recebeu um parquinho de lazer para a criançada e uma passarela de passeio ao redor do açude situado no conjunto para que os moradores possam fazer caminhadas físicas.

Conforme dados disponibilizados da Prefeitura do município de Quebrangulo a construção do conjunto habitacional Geraldo Passos Lima, construído nas terras do Senhor Luís Barros, o qual se prontificou a vender aquela área para estas construções. Os imóveis foram feitos com recursos do Minha Casa, Minha Vida, e serviram de moradia para pessoas que sofreram na última enchente de 2010, onde acabou com uma boa parte da cidade deixando muitas pessoas desabrigadas.

O município de Quebrangulo, atingido duramente pela enchente do rio Paraíba, em junho de 2010 , foi o primeiro a entregar as primeiras unidades habitacionais às famílias desabrigadas. O conjunto habitacional Frederico Maia Filho começou a ser erguido em agosto de 2010 e a previsão de conclusão da obra é junho de 2011. Inicialmente, serão contempladas 201 famílias. E logo em seguida o outro conjunto habitacional Geraldo Passos Lima.

Mas para que a obra avance sem interrupção e cumpra o prazo estabelecido pelo governo de Alagoas e pela Caixa Econômica Federal, a empresa responsável pela construção tem enfrentado o grande desafio: contratar mão de obra qualificada da própria comunidade e da região.

O principal objetivo deste trabalho é compreender o processo de transformação de Laranjeiras em um subcentro terciário. Por que as atividades terciárias localizam-se, de maneira mais intensa e significativa, neste bairro e não em outro bairro de Serra? A modificação das formas e da função de Laranjeiras procurou ser apreendido, fundamentalmente como produto do processo de descentralização espacial. (CORRÊA, 1989). Esse processo espacial é o responsável pelo surgimento de núcleos secundários na metrópole moderna, e está associado ao crescimento do tecido urbano e ao aprimoramento do transporte, relacionados de maneira subjacente a interesses das várias frações do capital, seja industrial, comercial ou imobiliário.

Um dos pontos exigidos pelo governo de Alagoas é que a mão de obra empregada durante a construção das casas seja prioritariamente constituída por famílias atingidas pela enchente ou que residam na própria cidade. No entanto, a contratação de mão de obra continua sendo a principal dificuldade das empresas,

como constata o engenheiro responsável pela obra em Quebrangulo, segundo Iremar: “Nossa maior dificuldade atualmente é com a escassez de trabalhadores na região”.

Segundo Iremar ainda que a solução que vem sendo adotada pela construtora para suprir essa carência é capacitar o trabalhador com pouca experiência através de operários experientes na própria obra. “Com essa metodologia, diminuímos, sem dúvida, o índice de produtividade da construção”, constata o engenheiro.

De acordo com informação do técnico em edificações Durval Vieira, que também é responsável pelas obras do conjunto habitacional, a empresa contratou 170 trabalhadores, dos quais 90% são moradores da cidade de Quebrangulo e da região próxima. “No ato da contratação, foi constatado que desse grupo de trabalhadores, 30% já apresentavam experiência no mercado, enquanto o restante tinha concluído o curso de formação pelo Senai”.

Na construção do segundo conjunto habitacional em Quebrangulo, que receberá o nome de Geraldo Passos Lima, serão erguidas mais 559 casas. A empresa responsável já iniciou a limpeza do terreno e a montagem do canteiro de obra. Entre carpinteiros, pedreiros, serventes, encanadores e eletricistas, serão contratados mais 130 profissionais.

Recomeço - Alonso Severino dos Santos, casado, 49 anos, é uma das vítimas que perdeu tudo na enxurrada de junho do ano passado. Natural de Quebrangulo, teve a residência e sua casa de negócios destruídas pela força das águas.

Dos móveis e pertences da residência, pouca coisa restou. O que conseguiu salvar foram poucas peças de roupas e documentos dele e de sua esposa. Já na casa de negócios, localizada no centro comercial da cidade, onde vendia ração para animais, nada conseguiu recuperar, nem mesmo o prédio, que foi arrastado pela enchente.

“Ao ver a destruição fiquei sem acreditar no que tinha acontecido. Mas não desanimei e muito menos pensei em qualquer desgraça”, relata Alonso, com capacete na cabeça e uniforme da construtora, onde atualmente trabalha como pedreiro.

Apesar da tragédia, Alonso explica que não ficou desamparado, muito menos revoltado com a vida. Com o que sobrou da tragédia, foi morar na casa de uma irmã,

que a enchente não conseguiu destruir. “Até pensei em tentar a sorte fora de Alagoas, mas desisti”, confessa o ex-comerciante e hoje trabalhador da construção civil. Ao ouvir o anúncio pela Rádio Comunitária Vitória FM, sobre o curso de pedreiro, não pensou duas vezes. Dirigiu-se à prefeitura e fez sua inscrição no curso promovido pelo Serviço Nacional da Indústria (Senai) em parceira com a prefeitura de Quebrangulo.

Nos 45 dias em que esteve no curso de formação de pedreiro, Alonso Severino dos Santos aprendeu técnicas sobre alvenaria, cálculos, terreno, reboco, contra piso, entre outros, e conseguiu concluir a capacitação para a construção civil. “Nunca imaginei trabalhar na construção de casas, mas as circunstâncias me levaram a isso”. Além de comerciante, Alonso também já tinha trabalhado como eletricista na antiga Salgema – hoje Braskem em Maceió e ainda nas cidades de São Bernardo do Campo e Taubaté, no estado de São Paulo.

Atualmente, com uma carga horária de 8 horas por dia em seis dias da semana, Alonso faz parte de um grupo de trabalhadores que estão literalmente com as mãos na massa. Mas o diferencial, no caso do pedreiro Alonso, é que uma das casas do residencial será ocupada por ele e sua esposa. “Não vejo a hora de estar morando nela”, comemora. Emprego e renda - A construção dos conjuntos residenciais em Quebrangulo e na cidade de Cajueiro, onde as obras de construção estão bastante avançadas, vem movimentando a economia desses municípios, gerando renda e empregos.

Rosival da Silva Oliveira, de 31 anos, residente no povoado de Rua Nova, em Quebrangulo, é um dos pedreiros contratados pela construtora e já está há 20 dias com carteira assinada e com sua equipe trabalhando no novo conjunto habitacional. “Sempre trabalhei como pedreiro na região, fazendo 'bico' em várias construções. Mas agora estou mais satisfeito porque tenho minha carteira assinada", disse. Rosival informou que não foi vítima da enchente do rio Paraíba, mas seu trabalho está contribuindo para ajudar as famílias que perderam tudo com a tragédia.

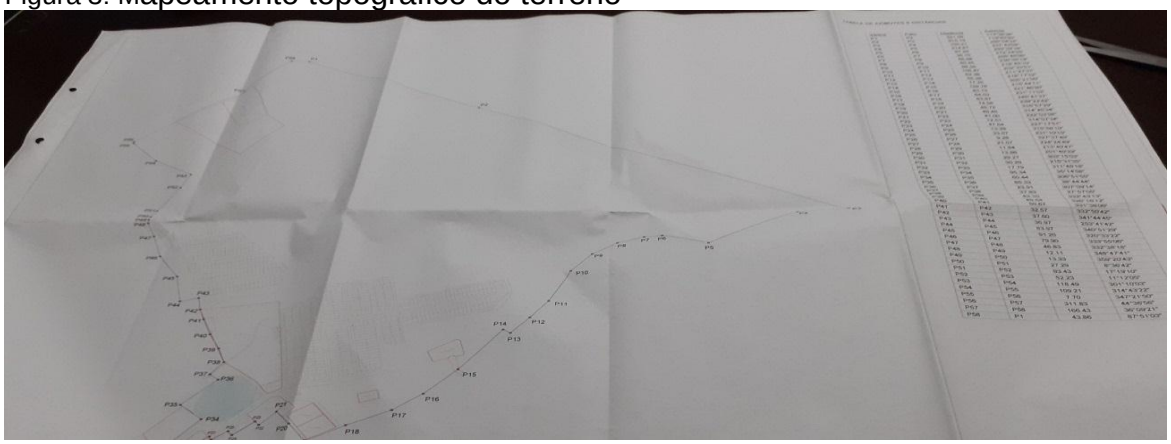
Além do aproveitamento da mão de obra, com experiência ou não no mercado de trabalho, as construções das casas em Quebrangulo e Cajueiro estão possibilitando o incremento financeiro na região. Na cidade de Quebrangulo, por exemplo, a folha de pagamento dos trabalhadores chega a 100 mil reais por mês,

sem levar em consideração que a cada quinzena a construtora libera 40% dos salários de seus funcionários.

Nos últimos anos de 2012 a 2014 houve um intenso processo de urbanização, o qual ocorreu de forma bem planejada. Veio, porém a construção do conjunto habitacional Geraldo Passos Lima, construído nas terras do Senhor Luís Barros, o qual a família se prontificou a vender aquela área para estas construções. Os imóveis foram feitos com recursos do Minha Casa, Minha Vida, e servirão de moradia para pessoas que sofreram na última enchente de 2010, onde acabou com uma boa parte da cidade deixando muitas pessoas desabrigadas. Os promotores imobiliários se preocuparam com as condições físicas e topográficas do terreno, as normas e leis urbanas que regem o parcelamento do solo, a compra, a venda e a construção das novas edificações. A construção do conjunto Geraldo Passos Lima se configura, de alguma forma, numa conquista na luta pelo direito à moradia, porém muitos sonhavam com a casa própria principalmente os que chegaram a perder o seu imóvel na última enchente ocorrida na cidade.

O município de Quebrangulo após a grande enchente a qual destruiu uma boa parte do município teve que se reconstruir totalmente as parte a qual foi destruída até então. Porém o município juntamente com o governo federal e estadual uniram forças e começaram a trabalhar em pro da reconstrução do município, dando início a reconstrução das ruas que foram destruídas.

Figura 3: Mapeamento topográfico do terreno



Fonte: WWW.quebrangulo.com.br

Os promotores imobiliários se preocuparam com as condições físicas e topográficas do terreno, as normas e leis urbanas que regem o parcelamento do

solo, a compra, a venda e a construção das novas edificações. A construção do conjunto Geraldo Passos Lima se configura, de alguma forma, numa conquista na luta pelo direito à moradia, porém muitos sonhavam com a casa própria principalmente os que chegaram a perder o seu imóvel na última enchente ocorrida na cidade.

Figura 4: Conjunto Geraldo Passos

Fonte: WWW.quebrangulo.com.br

Figura 5: Conjunto Geraldo Passos

Fonte: WWW.quebrangulo.com.br

O conjunto Geraldo Passos Lima em Quebrangulo/AL foi construído em uma área alta da cidade, onde nele moram 355 famílias, as quais foram contempladas pelo o benefício social do governo Federal minha casa minha vida. Famílias essas que moravam pagando aluguel e outras que moravam em área de risco dentro da cidade. Este capítulo mostrará o quanto é importante à vinda desses conjuntos habitacionais, não só aqui em Quebrangulo, mas nas outras cidades que tiveram essa contemplação.

E logo após a reconstrução das pavimentações das ruas do município, veio à construção do conjunto habitacional Geraldo Passos Lima iniciado em 2012. E assim no dia 24 de dezembro de 2014 foram entregue as 353 casas beneficiando as famílias quebrangulenses, ficando para terminar o restante depois, pois uma parte do terreno teria que ainda fazer terra planagem para poder começar o resto das construções.

As moradias populares financiadas pelo poder público, são denominadas de conjuntos habitacionais. O Conjunto Habitacional Geraldo Passos foi um importante

recorte espacial para os estudos relacionados às políticas públicas habitacionais, entre outros. Entender a dinâmica do lugar ajuda a compreender a sua articulação entre o mundo e a sua singularização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou realizar uma justaposição da Geografia com as Políticas Publicas Habitacionais direcionadas à população atingidas pela enchente no município de Quebrangulo/Al. Na política habitacional, o controle social tem foco na inserção e inclusão social, objetivando a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental, uma vez que, alcançando tais objetivos, as cidades serão transformadas em espaços mais democráticos.

Sendo assim, com a realização deste trabalho, considera-se a relação do município de Quebrangulo e habitação como fator de importância extrema dos atingidos pela enchente no município de Quebrangulo. Desse modo o referente trabalho contribuiu com as importantes informações relativas às questões referentes ao Conjunto Habitacional Geraldo Passos na compreensão da produção do espaço urbano do município.

As pesquisas foram tópicos importantes para abordagem do tema, estabelecendo critérios fundamentais para a minha formação, pois como futuro professor de geografia compreender sobre a importância da política habitacional, o controle e inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos municípios são conhecimentos importantes para a formação acadêmica em geografia. As habitações de interesse social têm papel fundamental nesse processo de urbanização, ao oportunizar a população pobre um “lugar”, na área urbana, intensificando o direito do cidadão à cidade.

Portanto, conclui-se com este trabalho que realidade dos habitantes dos municípios vem se modificando não só nas cidades grande, mais tambem nas cidades pequenas, com projetos sociais com o propósito de oferecer a população novas oportunidades e melhoria de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Geografia 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF.1998..

BRITO, P.P; ROMÃO, S.R.L. **Planejamento Urbano e Desterritorialização: uma análise da segregação espacial causada pelo Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Arapiraca – Alagoas**. 7º Congresso Luso Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável, Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió, Brasil 05 a 07 de outubro de 2016. Acessado em JUN/2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

https://**www.quebrangulo.al.gov.br**/index.php/a-cidade. Acessado em JUL/2020.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2001.

NASCIMENTO, Márcio Silveira. **Conhecendo a Geografia do Bairro em Sala de Aula: Estratégia de Ensino-Aprendizagem Aplicada em uma Escola da Zona Leste de Manaus**. Revista Areté, Manaus, v.7, n.13, p.136-144, jan-jun 2011. Acessado em AGO/2020.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo. **Políticas públicas no Brasil: o caso das políticas de habitação**. IESDE Brasil S.A., Curitiba: 2010.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 2001.